

Igreja e Escola

Reflexões sobre as Bases Teológicas do Envolvimento da Igreja na Educação Formal*

Danilo R. Streck

Introdução

A participação da Igreja na educação formal é um capítulo da história que em grande parte ainda precisa ser escrito. Documentos oficiais, teses ou outros escritos por via de regra limitam-se às escolas mantidas pelas denominações. É sintomático que nesta área talvez a Igreja tenha dito menos que sobre o problema da terra, do índio, da dívida externa, da mulher e de outros problemas que afligem o país. Será um sinal de que do ponto de vista da Igreja tudo anda bem com a educação formal e que a teologia não consegue descobrir no evangelho alguma luz para enfocar esta questão?

Quando, no presente ensaio, se fala em bases teológicas, não deveria ser entendido que se trata de tentar reformar o fundamento de uma casa que, apesar de não estar bem, deveria ser mantida em sua atual forma. Entende-se menos ainda que se construam estacas para segurar um edifício que, por motivos diversos, se encontra solto no ar. Em outras palavras, não tenho a intenção de simplesmente buscar uma legitimação teológica para o que a Igreja ou as instituições de ensino a ela ligadas atualmente fazem ou deixam de fazer. Ao mesmo tempo, parto do pressuposto de que a Igreja é capaz de uma participação muito mais efetiva no que diz respeito à educação formal.

Uso os termos “Igreja” e “educação” no singular, mas tenho consciência da diversidade de compreensões que estes termos abrangem. Brandão salienta que de fato deveríamos falar em “educações” e conta a história de uma carta de índios norte-americanos que agradecem a oferta de vagas nas escolas dos brancos, dizendo que a experiência mostrou que o que lá aprendiam pouco ou nada valia para a vida na tribo e que com muito gosto aceitariam jovens brancos para transformá-los em verdadeiros homens¹. Acho que para a compreensão de Igreja vale algo semelhante, no sentido de que através da história e em lugares diferentes o mesmo fato fundante deu origem a instituições e interpretações diferentes. O uso no singular se justifica exatamente pelo fato de haver, por baixo das diferentes manifestações históricas de Igreja, uma experiência original que lhes é comum.

No caso da educação, o que liga “as educações” é o fato de ela constituir-se no processo pelo qual homens e mulheres vêm a se compreender

como gente de uma ou de outra maneira. Ela é a forma que povos diferentes encontraram e encontram para dar significado ao seu mundo, para adaptar-se a ele ou para transformá-lo. Rubem Alves dirá que é a aprendizagem de uma linguagem para dizer o mundo². A aprendizagem das técnicas (fazer canoas, usar computador...) faz parte dessa linguagem que, de uma maneira radical e profunda, faz com que sejamos humanos de uma ou de outra forma.

A teologia, como uma fala sobre o homem e o mundo em sua relação com o transcendente, pode contribuir com os seus códigos na constante recriação desta linguagem que ocorre através da educação, seja na família, nas escolas, nas comunidades ou nos meios de comunicação. Se coloco o tema de forma tão ampla, é porque parece impossível entrar diretamente na questão da Igreja e da educação formal sem correremos o risco de não vermos mais do que as paredes do poço dentro do qual nos encontramos. Seríamos igual à figura do cavaleiro que, ao cair num atoleiro com seu cavalo, procura sair do mesmo puxando-se pelo próprio cabelo. Dito de outra forma, dificilmente acharemos a solução para o problema do envolvimento da Igreja na educação se enfocarmos as escolas por ela mantidas como representando o todo do seu envolvimento na educação.

Dentro desta perspectiva, procuro seguir o seguinte roteiro na análise: uma volta à memória, principalmente aos momentos que podem orientar e estimular novos impulsos; a tentativa de compreender o problema atual da participação da Igreja na educação formal; algumas reflexões sobre as prioridades do envolvimento da Igreja na educação, hoje, na sociedade brasileira; a indicação de algumas áreas onde a teologia pode ser relevante para ajudar as diversas denominações em seu serviço à educação em geral e, de modo especial, em relação às escolas.

Um Pouco da História

Mesmo uma visita rápida à nossa história mostra como a educação fazia parte integral do povo de Deus, em cuja herança nós nos situamos. Ao menos em momentos decisivos nota-se como era importante para esse povo ativar e recriar o estoque de conhecimento que foi se originando na sua relação com Deus, buscando no mesmo orientação para a sua vida. Este conhecimento aparece em forma de mitos, de mandamentos e leis, de hinos de louvor, de orações e testemunhos. Através deste conhecimento o povo era capaz de manter viva a esperança e podia reencontrar o seu caminho.

Talvez estranhemos que nas narrativas do Antigo Testamento de repente um lavrador como Amós largue seu arado para cumprir uma missão profética junto ao seu povo. Mesmo que reconheçamos nisso a força da vocação divina, não podemos esquecer que por trás de cada profeta havia gerações de pais e mães que contaram as histórias do povo e integraram os filhos na vida de culto da comunidade. Transmitir a sua experiência com

Deus era uma questão de vida ou morte para um povo que tendia a esquecer sua origem na servidão e o longo e sofrido processo de libertação:

Guardem sempre no coração as leis que eu lhes estou dando hoje e não deixem de ensiná-las aos seus filhos. Repitam essas leis em casa e fora de casa, quando se deitarem e quando se levantarem. Amarrem essas leis nos braços e na testa, para não se esquecerem delas; e as escrevam nos batentes das portas das suas casas e nos seus portões. (Dt 6.6-9.)

Sabemos bem que este ensino não visava apenas melhorar a relação com Javé, mas dizia respeito a toda a vida do povo de Israel: sua atividade política, seu sistema de produção, suas relações na família ou clã³. Era, à sua maneira, o que hoje chamaríamos uma educação integral, da vida toda, que tinha na família o seu centro dinâmico. As sinagogas constituem uma criação mais tardia, do período pós-exílico. A tendência de a educação dos sacerdotes perder o vínculo com a vida concreta do povo — e com isso também sua eficácia e relevância — está bem expressa nesta passagem de Oséias:

O meu povo está sendo destruído, porque lhe falta o conhecimento. Porque tu, sacerdote, rejeitaste o conhecimento, também eu te rejeitarei, para que não sejas sacerdote diante de mim; visto que te esqueceste da lei do teu Deus, também eu me esquecerei dos teus filhos. (Os 4.6.)

A tradição pedagógica deste povo é revolucionada com Jesus. Não é por menos que entre os vários títulos que lhe eram atribuídos — e que Jesus aceitava — o de rabino ou mestre é um dos mais conhecidos. De fato, como os doutores da lei, ele usava a Bíblia, tinha um grupo de seguidores e ensinava nas sinagogas. Mas também sabemos muito bem que ele foi um mestre diferente, alguém que ensinava com autoridade (Mt 7.29) e que da mesma forma que granjeou a desconfiança e a antipatia dos “donos” do templo, também teve conflitos com os mestres nas sinagogas (Lc 4.16-28). Vemos que Jesus situa seu ensino na vida do povo, em seus conflitos, sofrimentos e esperanças, não excluindo as crianças, as mulheres e outras pessoas ou grupos marginalizados na sociedade da época. Ele fez aquilo que Paulo Freire menciona como sendo o papel do educador que leva sério os anseios do povo: ele não fica do outro lado da rua, chamando o povo a atravessar para aprender com ele, mas atravessa a rua e, no caminho, compartilha seu saber.

A proposta pedagógica de Jesus se evidencia tanto no método quanto no conteúdo e no lugar onde ensinava. Em termos de método, chama a atenção sua preferência pela parábola, que parte do concreto da vida e que possibilita a participação de quem ouve. O conteúdo é o Reino que começa a se manifestar em sua multiformidade: “Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres anuncia-se-lhes o evangelho.” (Lc 7.22.) O lugar de seu ensino não é apenas o ambiente seguro e sagrado do templo e da sinagoga,

mas as estradas, os montes, as beiras dos lagos, as casas, enfim, onde as pessoas vivem seu dia-a-dia.

Os seguidores de Jesus não tiveram à sua disposição grandes instituições de ensino para elaborar sua teologia ou estratégias de missão. O ensino fazia parte da tarefa dos apóstolos (Mt 28.19-20) e constituiu-se num dos ministérios fundamentais da comunidade. Paulo irá mencionar o mestre junto com os apóstolos, os profetas, com os que fazem milagres, os que curam enfermos, os que dirigem e os que falam em línguas (1 Co 12.28-29.)

A situação se torna muito diferente quando, após Constantino, a Igreja não apenas se aproxima ou se alia ao poder do império, mas adquire junto com isso praticamente o monopólio da educação formal em suas escolas e mosteiros, mais tarde também nas universidades.

De um lado, é inegável a consciência que a Igreja tem de seu papel, como podemos ler neste texto do Concílio Lateranense, convocado por Alexandre III em 1179:

Cada Igreja Catedral crie um benefício para um mestre, que ensine gratuitamente aos clérigos da mesma Igreja e aos demais pobres... A Igreja, como piedosa mãe, tem a obrigação de prover os pobres, que não podem ter o apoio dos pais, para que não sejam privados da oportunidade de ler e progredir no estudo... Esta escola seja também instituída nas demais igrejas e nos mosteiros...⁴

Por outro lado, sabemos hoje como de fato a Igreja e o império usaram a combinação do saber e do poder para sua mútua sustentação, em detrimento do povo. Nesse sentido, a Reforma representa um novo impulso — e de certa forma primeiro — no sentido de promover uma educação popular ampla, visando tanto a participação na Igreja, especialmente através do acesso direto à Bíblia, como na sociedade, através da aquisição das ferramentas para se integrar no mundo em mudança.

Lutero considerava a educação uma atividade secular e usou palavras muito duras contra as autoridades que deixavam de educar as crianças do povo:

Ninguém, ninguém acredita em como é prejudicial e diabólico esse empreendimento; isso ocorre em grande silêncio, para que ninguém os note e pretenda reparar os estragos (...). Há grandes receios de turcos, guerras e enchentes, pois nesses casos se compreende bem qual é o prejuízo e o que dá lucro. O que, porém, o Diabo tem em mente aqui ninguém vê e teme; e ele toma posse silenciosamente. Seria bom e justo, de qualquer forma, que sempre que se dê um florim para a luta contra os turcos se dêem cem para a educação.⁵

Também para Calvino, conforme o programa de governo para a República de Genebra redigido em 1538, o saber “era necessidade pública para assegurar boa administração política, apoiar a igreja indefesa e manter a humanidade entre os homens.”⁶ Quer dizer, a boa educação do povo interessa tanto à sociedade quanto à Igreja. Como consequência desta visão e política, Genebra tornou-se um dos principais centros de saber da Europa.

O pietismo, especialmente sob a influência de August Hermann Francke (1663-1727), é outro momento educacional de grande importância para entender o envolvimento da Igreja na educação. Dentre suas contribuições podemos destacar as seguintes: a ligação da fé com a vida, da piedade com a solidariedade com os empobrecidos, especialmente os órfãos; valorização da participação dos leigos na Igreja; ênfase na educação como instrumento para a vivência diária e reação ao formalismo e ao autoritarismo; luta pela educação de todas as crianças e pioneirismo na formação de professores⁷.

A resistência contra a educação do povo também se fazia sentir na sociedade. O comentário de Mandeville, no séc. XVIII, ilustra a “vantagem” da ignorância do povo:

A fim de se conseguir, mesmo em circunstâncias difíceis, uma sociedade harmônica e um povo dócil, nada melhor do que a existência de um grande número de analfabetos e de pobres; os conhecimentos alargam e multiplicam os desejos, e quanto menos coisas uma pessoa desejar, mais fácil lhe será obtê-las.⁸

A elite brasileira nunca teve dúvidas quanto à segurança que um povo não-educado representava para a continuidade de sua dominação. Além disso, em grande parte de nossa história a educação escolar era plenamente dispensável do ponto de vista da reprodução da força de trabalho. Que função poderia ter a escola dentro de uma sociedade escravocrata, a não ser a de reproduzir a ideologia dominante? Esta tarefa foi executada pela Igreja, especialmente pelos jesuítas através de seus colégios e seminários, que preparavam a elite dirigente do país. Basta citar que em 1867 apenas 10% da população tinha uma educação rudimentar⁹.

Ainda hoje os números são alarmantes. Temos mais de 4,5 milhões de crianças e pré-adolescentes entre 7 e 14 anos fora da escola. Os analfabetos com mais de 15 anos são estimados em 16 milhões. A taxa média de evasão escolar e os índices de repetição, acompanhando a involução da economia, cresceram respectivamente 24% e 12%, segundo dados do IBGE/UNICEF¹⁰. Para a elite dominante, o povo continua sendo acima de tudo massa a ser gasta, não mais como escravos, mas como trabalhadores livres cujo direito consiste em escolher onde deixar sua vida ser gasta.

Durante muito tempo, como referido acima, a Igreja Católica foi praticamente a única responsável pela pouca educação formal que havia. Mesmo a expulsão temporária dos jesuítas por Pombal e o positivismo do fim do Império não alteraram significativamente o quadro. Também igrejas de missão, como a presbiteriana e a metodista, trataram desde cedo de criar suas escolas, como um complemento da evangelização. Antônio G. Mendonça diz que “a empresa missionária protestante no Brasil se dividiu em dois segmentos distantes e até antagônicos: a educação se dirigiu às elites, e a evangelização à massa pobre”¹¹. A Igreja Luterana, uma Igreja de imigração, viu surgirem escolas ao lado de suas igrejas (ou muitas vezes a escola era também templo e vice-versa), num processo relativamente natural para

um povo que vinha de um país que já possuía um sistema básico de educação pública. Também deve ser dito que estas mesmas instituições serviram para a preservação do germanismo, correspondendo assim à ideologia do branqueamento da raça.

É difícil fazer uma avaliação genérica do papel que as escolas das igrejas desempenharam na história do país. Por exemplo, há muitos rincões onde a escola dos colonos alemães que funcionava junto à igreja foi durante várias gerações a única alternativa existente. Os missionários presbiterianos e metodistas que criaram escolas fizeram-no imbuídos de fervor cristão, na certeza de que com sua fé viriam também o progresso e o sucesso norte-americano. Os jesuítas certamente não desejavam o sofrimento do povo e o atraso do país e em alguns casos representaram uma voz em defesa dos povos indígenas. No entanto, independentemente das intenções que deram origem aos diferentes tipos de escola, parece ser um fato que a realidade forçou-as a desempenharem um papel muito semelhante. Creio que ideologicamente não haverá grande distinção, se houver, entre uma grande escola luterana, batista, católica, metodista ou, quem sabe, até uma escola particular sem vínculo com Igreja.

Cabe, por isso, voltar a atenção para o que aconteceu com a intenção das igrejas que viam nas escolas um espaço de participação, seja simplesmente para ensinar a ler e escrever, seja para, junto com isso, influenciar a cultura com a mensagem cristã. O que aconteceu para que aquilo que até há pouco era considerado uma solução de repente se transformasse num problema para a Igreja?

De Solução a Problema

A análise acima aponta sobretudo para uma tendência ao atrofiamiento da participação da Igreja na educação do povo, concentrando nas escolas por ela mantidas suas energias e seus recursos. Mesmo assim, também existe um distanciamento na maioria dos casos. As escolas queixam-se de que as respectivas denominações não as assumem, e estas sentem que as escolas seguiram caminhos próprios. Destaco abaixo três fatores que parecem mais significativos para compreender o processo havido:

a) Segmentos significativos dentro da Igreja se deram conta da força do sistema econômico e político, que usou as escolas confessionais para promover e perpetuar as desigualdades. Não é difícil perceber como as escolas particulares, entre elas muitas escolas das igrejas (especialmente as maiores e mais conhecidas), têm servido à reprodução do sistema de dominação, satisfazendo principalmente as necessidades educacionais de uma elite. A este respeito diz Gadotti:

Podemos concluir que existe, indubitavelmente, no Brasil, um sistema educa-

cional dualista que compreende dois subsistemas: o ensino público e o ensino privado, interdependentes e suficientemente articulados para garantirem uma educação conservadora antidemocrática.¹²

b) Foi-se a época do “otimismo pedagógico”, quando se acreditava que através da educação se conseguiria transformar a sociedade. A idéia de pastoral-fermento, que apostava no poder transformador das assim chamadas instituições cristãs e das elites, aos poucos foi dando lugar à evidência de que a transformação da sociedade não passava por este caminho ou, ao menos, que este não era o caminho mais importante para uma verdadeira transformação. Talvez as escolas tenham lembrado a Igreja daquele seu lado que ela mesma gostaria de esquecer, uma vez que a escola confessional muitas vezes não é tão diferente da instituição que a gerou.

c) O fator mais importante, no entanto, parece estar na compreensão que a Igreja foi adquirindo da sua tarefa na América Latina. Tanto a teologia como a pedagogia firmaram o pé na realidade do povo e questionaram profundamente a autocompreensão que os cristãos vinham tendo de sua tarefa dentro de nossa realidade. Não dava mais para passar ao largo dos conflitos existentes na sociedade e, uma vez reconhecida a dramaticidade da situação, tornava-se muito difícil operar com os parâmetros teológicos, pedagógicos e pastorais antigos.

Um ponto de referência importante nesta nova visão é o artigo de Paulo Freire escrito no início da década de setenta, quando trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas, com o título “O papel educativo da Igreja na América Latina”. Neste artigo Freire argumentava que a neutralidade só poderia ser defendida ou pelos astutos ou pelos ingênuos. Havia a necessidade de superar a visão de Igreja tradicional (fechada ao mundo) e de uma Igreja modernizante (que apenas se adapta atualizadamente ao mundo) e assumir o papel profético destinado às igrejas neste momento histórico. Era a Páscoa requerida dos cristãos e da Igreja, com todos os riscos implícitos no processo¹³.

A reflexão teológica e pedagógica estava apontando para o fim de um modelo de pastoral que via nestas instituições um meio de fermentar a massa. Começou-se a perguntar se não havia problema com a própria massa. Nas palavras muito duras de um agente de pastoral que decidiu trocar o trabalho numa escola de classe média por um trabalho em periferia urbana, trabalhar nestas escolas seria semelhante a dar banho em porco — pode lavar o quanto quiser, que sempre volta a se sujar, sem resultado algum.

Dito de outra forma, parece ter havido o reconhecimento de que a história de libertação não poderia resultar da doação da classe dominante e também não passaria pelas instituições a ela ligadas, entre estas grande parte das escolas confessionais. A história toda estava aí para comprovar o resultado de gerações de ensino. Os olhos voltavam-se agora para um novo sujeito histórico, identificado com os movimentos sociais (sindicatos, movimento dos sem-terra, organizações de moradores, de mulheres, etc.), que,

principalmente no início, encontraram na Igreja um espaço para sua organização e crescimento.

Este reconhecimento do novo lugar social da teologia é uma conquista fundamental dos cristãos na América Latina e traz implicações em todas as áreas. No caso da educação formal, por exemplo, força-nos a voltar a atenção em primeiro lugar para aquelas crianças e aqueles adolescentes que hoje estão excluídos da escola. São eles que, para usar a imagem de Enrique Dussel, representam o Outro, que questiona a totalidade do sistema¹⁴.

Em algumas áreas as mudanças e adaptações talvez tenham sido mais fáceis: as editoras podem enfatizar a publicação de autores nacionais, o trabalho com jovens e mulheres pode priorizar a perspectiva de marginalização, etc. Em instituições como as escolas, no entanto, a situação é um tanto diferente. Elas são instituições consolidadas, nas quais a clientela começou a depositar certas expectativas e paga para vê-las realizadas. Por isso, de solução elas se transformaram em uma espécie de problema para a Igreja. Além disso, como as escolas, através de seus departamentos ou associações, muitas vezes representam a voz da Igreja na questão educacional, é compreensível que esta tenha sido uma voz muito fraca para mudar o quadro trágico da educação brasileira, em todos os níveis. As escolas precisam necessariamente lutar pela sua sobrevivência, o que muitas vezes significou unir-se aos setores mais conservadores da sociedade ou então àqueles que vêm na educação uma fonte de lucro.

Pontos para uma Política Educacional

Não haveria como justificar teologicamente a atual situação: nem a omissão da Igreja, nem a crescente elitização da escola confessional (mesmo que não seja de sua vontade). A revisão histórica evidenciou como a educação, num sentido amplo, faz parte da história do povo de Deus e como, por ser um processo histórico, ela está perpassada pelas ambigüidades que caracterizam o agir humano. No entanto, também vimos como, a partir da releitura da boa nova e desta própria história dentro do contexto latino-americano, podem surgir impulsos para redirecionar e redimensionar a atuação da Igreja nesta área. Anoto abaixo alguns pontos que poderiam ser considerados no envolvimento da Igreja na educação:

1. *Romper a dicotomia entre o formal e o informal:* A separação e distância criadas entre a educação formal e a informal são prejudiciais tanto para uma como para a outra. As duas formas de educação têm características próprias e cada uma deveria ser avaliada pelo que ela pode contribuir. Se é verdade que pela sua própria natureza a educação formal está mais próxima da práxis política e da vida diária, não se poderiam dispensar numa sociedade complexa como a nossa os instrumentos que uma educação sistematizada proporciona ou deveria proporcionar. A educação formal pre-

cisa ser arejada e fecundada pela educação informal, e o saber da educação informal precisa ser testado e consolidado pela educação formal.

É compreensível que, num momento em que a escola esteve ideologicamente ocupada, a Igreja tenha voltado sua atenção mais para os movimentos e grupos que gerenciavam a educação informal, e não resta dúvida de que ela muito aprendeu com isso. No entanto, também há fortes razões para ver na educação formal um campo de sua preocupação: a) porque aos poderosos não interessa que o povo tenha a educação acima do nível necessário para executar seu papel como peças do sistema; b) na educação formal a própria Igreja se educa ao entrar em contato com uma linguagem da qual ela constantemente tende a se distanciar, fechando-se num gueto; c) a educação formal continua sendo um lugar importante onde a visão de mundo é forjada, apesar da concorrência da televisão e outros meios de comunicação de massa.

2. *Igreja e escola pública*: Embora as prioridades de uma política educacional devam ser flexíveis, uma delas dificilmente poderia deixar de ser o acesso a escolas de qualidade para todas as crianças e todos os jovens brasileiros. A escola não é a salvação, mas sem ela haverá uma indiscutível deficiência no domínio de ferramentas para uma ação efetiva no mundo do trabalho e da política. A escola da vida não mais substituirá, hoje, a vida na escola. Penso, por exemplo, no que aconteceria se em todos os lugares onde existe Igreja, independentemente de confissão, esta exigisse das autoridades o cumprimento do dever de prover todas as crianças com boas escolas. Seria acima de tudo um papel profético junto ao poder público, a quem legalmente compete zelar pela educação do povo. A ineficiência deste na gerência da educação e o que Paulo Freire, como secretário da Educação do Município de São Paulo, chamou de burocracia perversa e diabólica deveriam ser um motivo a mais para o envolvimento da Igreja nesta área e não para sua omissão. Como uma das instituições mais representativas da sociedade civil, a Igreja pode estimular a participação, criando espaços para a discussão dos problemas da escola pública em suas programações, como o faz com outros temas da realidade e da atualidade. Com isso, o próprio ensino religioso poderá obter uma nova perspectiva tanto para a Igreja (não mais como um mecanismo de evangelização ou catequese) como para a escola (não mais como um braço da Igreja dentro da escola).

3. *A escola confessional*: A existência da escola confessional, como vimos, foi posta em xeque especialmente a partir da reflexão teológica ocorrida nos últimos anos, e seria muito difícil insistir em criar e manter escolas sobre as mesmas bases teológicas e pastorais, se é que em algum momento estas foram explicitadas. De qualquer forma, as escolas confessionais não podem mais ser tomadas como representando o todo do envolvimento da Igreja com a educação. Elas são uma parte, que talvez venha a ser novamente significativa, mas não deveriam esgotar as forças da Igreja. Acho

que está correta a tese de que elas se tornarão significativas como instituições alternativas, na medida em que tivermos realmente uma escola pública gratuita e autônoma (isto é, controlada pela comunidade) para todas as crianças e jovens. Até lá, elas fatalmente correrão o risco de ser apenas mais uma escola particular. Para a Igreja isso significa acima de tudo que ela deveria posicionar-se sobre o que espera das escolas a ela vinculadas.

Vejo, de momento, três motivos que justificariam a existência da escola confessional: a) dentro de uma sociedade pluralista deve haver espaço para entidades idôneas reproduzirem sua visão de mundo, e a Igreja poderá ter interesse numa contribuição específica; b) as escolas poderiam ser um espaço onde a Igreja ensaia de forma coerente uma pastoral de solidariedade com os empobrecidos e marginalizados, o lugar social de onde surgem as utopias que deveriam orientar o projeto educativo; c) as escolas podem ser o lugar onde a Igreja procura dialogar através de sua linguagem — a teologia — com a linguagem das outras ciências dentro de um espaço que ela cria e mantém a partir de seu propósito de tornar o verbo carne dentro da realidade.

4. *Refazer a escola por dentro*: A Igreja tem um compromisso não só com o aspecto institucional da educação, mas também com o que acontece dentro das escolas, em termos de conteúdo, de método e das relações de poder. Muito foi escrito sobre o currículo oculto da escola, sobre a ideologia dos conteúdos ensinados, enfim, sobre o papel reprodutivo da escola dentro de nossa sociedade. A fé cristã, no entanto, nos desafia a buscar o novo. O apóstolo Paulo fala que a criação inteira, nós inclusive, gememos como em dores de parto na espera do mundo novo, cujos sinais já podem ser percebidos (Rm 8.18-25). Por que isso não valeria para a escola? A Igreja, respectivamente a teologia, tem uma tarefa importante na busca dessa novidade de vida.

Contribuições da Teologia

A teologia latino-americana tomou como eixo de sua reflexão a encarnação de Deus na história humana. Não na história contada a partir da ótica dos dominadores, mas dos oprimidos e marginalizados. Daí a força de paradigmas como o êxodo, o cativoiro babilônico, o apocalipse e a cruz.

Vemos hoje mais uma vez como esta leitura da realidade e da história é loucura aos olhos do mundo. A crise dos referenciais das ciências sociais, os índices de análise da realidade que apontam para uma América Latina cada dia mais pobre, a falta de alternativas políticas, a debilidade dos movimentos populares e a própria crise de esperança não poderiam deixar de influenciar a teologia. Neste contexto, não é por menos que a teologia se volte, às vezes com algum constrangimento, ao mundo do religioso (imaginário, mítico e simbólico). É uma espécie de anti-discurso, de retorno às origens.

Creio que seja um momento fecundo de, sofrendo com o silêncio, escutar as pequenas e as grandes esperanças proibidas ou adormecidas¹⁵. Há um sadio abandono do tom triunfalista e uma consciência da fraqueza e loucura da mensagem cristã, se confrontada com as bombas modernas ou o poder do mercado.

Cabe-nos perguntar: o que este anti-discurso tem a contribuir para a Igreja quando esta tenta definir sua atuação nas escolas? Tento definir alguns aspectos onde a participação da Igreja representaria uma importante ajuda:

1. *A utopia*: Os cristãos, como povo do caminho, são aqueles que conseguem ter esperanças por derivarem sua motivação e sua força da visão do Reino, que encerra os valores de amor, de paz, de justiça, de solidariedade, enfim, de vida plena (Jo 10.10). Esta utopia certamente já foi usada e abusada como fator de alienação do povo, desviando sua atenção dos sofrimentos nesta terra para a recompensa no céu. Hoje, no entanto, este horizonte utópico constitui-se em critério para a denúncia, para o anúncio e para o serviço. É o tesouro que a Igreja não pode guardar para si, mesmo que o vaso esteja gasto e sua conservação absorva as melhores forças.

Durante anos de participação junto a movimentos e pastorais populares (com os sem-terra, com meninos e meninas de rua, com mulheres, com negros, com índios...) a Igreja acumulou uma experiência que lhe pode ser útil no momento de refletir sobre sua inserção mais decidida no mundo da educação formal. Ela, melhor que qualquer outra entidade, pode trazer à consciência o Outro, aquele e aquela de fora que questiona e rompe a totalidade dominante. À Igreja não caberá apenas zelar para que todas as crianças tenham acesso ao saber, mas ela sempre fará a pergunta pelo lugar social de onde se está fazendo o ensino, pelo nascedouro das utopias que movem o processo educativo.

Sabemos hoje que a escola não apenas prepara a mão-de-obra necessária para o mercado de trabalho, mas que ela também faz as pessoas aceitarem que o seu lugar dentro de determinada sociedade é legítimo e justo. É o caso, por exemplo, das crianças pobres que, devido ao previsível e repetido fracasso na escola, acabam internalizando uma identidade de incapacidade e de impotência. É a aprendizagem lenta do léxico da morte, ao qual o evangelho ensina a contrapor o léxico da vida.

2. *Sacerdotes e cidadãos*: Da Reforma reaprendemos como o sacerdócio universal se amplia para a cidadania num sentido bem pleno, uma cidadania que hoje não se dá apenas a nível nacional, mas mundial. A Igreja tem nisso uma tarefa especial, não só por ser portadora privilegiada da mensagem de paz com justiça, mas por ter uma rede de comunicação que consegue fazer pontes entre pessoas e grupos que trabalham em função dos mesmos objetivos.

Para isso é importante que a própria comunidade se torne efetivamente um lugar onde o sacerdócio geral possa ser ensaiado, com nova compre-

ensão do saber e do poder e da relação entre ambos. A mensagem de que a Igreja é portadora lembra àqueles que lidam com a educação que poder é serviço e que por isso o saber jamais poderia transformar-se em instrumento de dominação.

3. *Visão holística do homem e da mulher*: A própria vida se nega a ser dividida e compartimentalizada. Num momento ou outro as partes reprimidas emergem, às vezes com inesperada força e violência. A teologia pode contribuir com o testemunho da integralidade da pessoa e da criação. Homem e mulher não são apenas seres produtivos a serem gastos na linha de montagem, na lavoura ou no escritório. O fato de termos sido criados à imagem de Deus deveria ao menos servir de estímulo para que na educação se refletisse sobre a imagem de homem e mulher, e conseqüentemente de sociedade, que está implícita ou explícita nos projetos educativos.

Neste diálogo também a Igreja deverá entrar como discípula (não pode mais ser apenas mãe e mestra). Aliás, a história do Brasil mostra o triste fato de que a Igreja e a teologia fizeram a leitura teológica do negro bem mais tarde do que outras ciências fizeram o respectivo reconhecimento em suas áreas. É apenas uma lembrança, para manter a humildade no diálogo com as outras ciências que elaboram as suas perspectivas específicas sobre o ser humano e sobre o mundo.

4. *Compromisso e liberdade radical*: Embora o testemunho bíblico apresente vários tipos de agentes educacionais (família, rabinos, profetas, etc.), a função educativa, em última instância, cabe ao próprio Deus. Ele corrige, guia, orienta e instrui o seu povo. É nesse sentido que o salmista ora: "Tu és o meu Deus; ensina-me a fazer a tua vontade. Que o teu Espírito seja bom e me guie por um caminho seguro." (Sl 143.10.) Também no Novo Testamento os seguidores de Jesus entendem-se todos como discípulos do mesmo mestre: "Vocês não devem ser chamados de 'mestre', pois todos vocês são irmãos e têm somente um Mestre." (Mt 23.8.)

Este fato, por um lado, compromete a todos os cristãos e cristãs na busca. A verdade não está pronta, não têm dono, mas é desvelada na obediência, no seguimento, na caminhada do povo na história: "Se vocês obedecerem às minhas palavras, serão de fato meus seguidores e conhecerão a verdade, e a verdade os libertará." (Jo 8.31-32.) também o homem e a mulher, assim como o mundo, estão num processo de formação ou, como diz o apóstolo Paulo na já citada passagem de Romanos, num processo de gestação.

Por outro lado, este fato dá-nos uma enorme liberdade diante das propostas educacionais que existem e que continuam surgindo. Liberdade de usá-las, de questioná-las e de propor alternativas a partir dos critérios que encontramos no Deus-educador e no Cristo-mestre.

Bibliografia

- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.
- ARDILES, Osvaldo e outros. *Cultura popular y filosofía de la liberación — una perspectiva latino-americana*. Buenos Aires, Fernando G. Gambeiro, 1975.
- CEHILA. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, Vozes, 1980.
- CUNHA, Luiz A., org. *Escola pública, escola particular*. 3. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.
- CURY, Carlos R. J. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.
- EBY, Frederick. *História da educação moderna*. Porto Alegre, Globo, 1978.
- FITZER, Gottfried. *O que Lutero realmente disse*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo, EDART, 1978.
- GADOTTI, Moacir. *Uma só escola para todos*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 11. ed. São Paulo, Nacional, 1979.
- MANACORDA, Mario A. *História da educação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.
- MARASCHIN, Jaci, ed. A maioria da teologia da libertação, *Estudos da religião*, São Bernardo do Campo, ano IV, nº 6, abril de 1989.
- MENDONÇA, A. G. & VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1990.
- PREISWERK, Matias. *Educar en la palabra viva: marco teórico para la educación cristiana*. Lima, CELADEC, s. d.

Notas

- * Palestra apresentada na Semana de Atualização Teológica da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo), no dia 01/10/1991.
- 1 Cf. Carlos R. BRANDÃO, *O que é educação*, p. 8.
 - 2 Cf. Rubem ALVES, *Conversas com quem gosta de ensinar*, p. 51.
 - 3 Referindo-se especialmente ao período da tradição oral, Matias Preiswerk escreve: “Educación e historia están estrechamente ligadas en toda esta fase: por una parte, la historia es el contenido fundamental de la educación, pero, por otra, ésta garantiza la continuidad, la reinterpretación y la actualización de aquélla.” Cf. Matias PREISWERK, *Educar en la palabra viva*, p. 56.
 - 4 Ap. Mario A. MANACORDA, *História da educação*, p. 143-144.
 - 5 Ap. Gottfried FITZER, *O que Lutero realmente disse*, p. 165.
 - 6 Ap. Lorenzo LUZURIAGA, *História da educação e da pedagogia*, p. 112.
 - 7 Para um resumo da contribuição do pietismo na área educacional veja F. EBY, *História da educação moderna*, cap. IX.
 - 8 Ap. Pedrinho GUARESCHI, *Sociologia crítica*, p. 71.
 - 9 Cf. CEHILA, *História da Igreja no Brasil*, tomo II/2, p. 96
 - 10 Cf. Moacir GADOTTI, *Uma só escola para todos*, p. 40.
 - 11 Cf. Antônio G. MENDONÇA & Prócoro VELASQUES FILHO, *Introdução ao protes-*

tantismo no Brasil, p. 74.

12 Cf. M. GADOTTI, op. cit., p. 58.

13 Cf. Paulo FREIRE, *Ação cultural para a liberdade*, p. 105-127.

14 “Ningún momento de la meta-física antropológica exige como a pedagógica escuchar *la voz del Otro*.” Cf. Enrique DUSSEL, *La eticidad del pro-yecto pedagógico popular*, in: O. ARDILES, *Cultura popular y filosofía de la liberación*, p. 158.

15 “Contemplação e compromisso — reflexão sobre a práxis à luz da fé — são os ingredientes da práxis. Só assim se pode fazer teologia, isto é, se pode falar sobre Deus. O primeiro momento é o do silêncio, o segundo, da fala.” Gustavo GUTIÉRREZ, *Como dizer aos pobres que Deus lhes ama?*, *Estudos da religião*, n° 6, abril de 1989, p. 37.

Danilo R. Streck
Caixa Postal 14
93001 São Leopoldo — RS